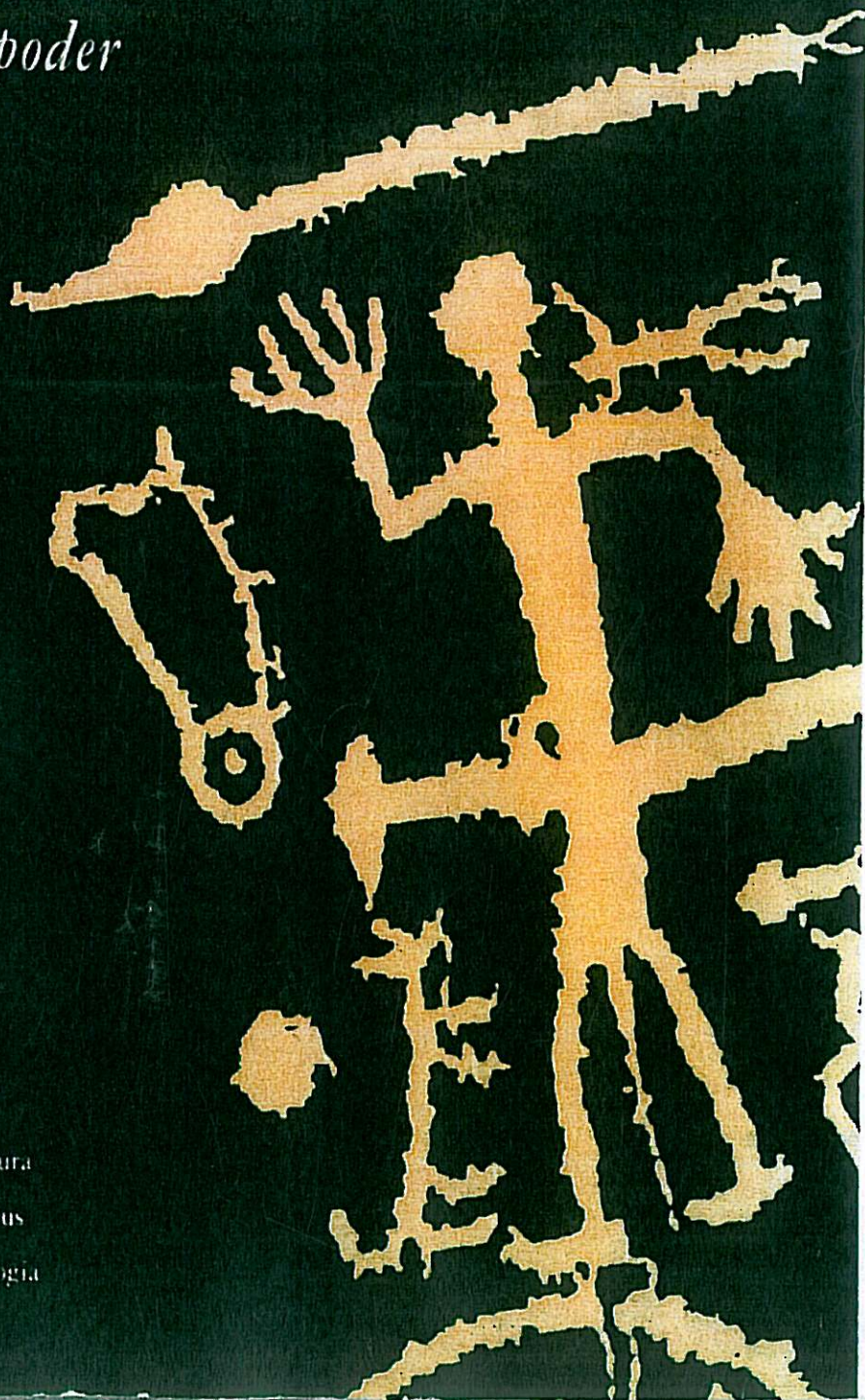


A IDADE DO BRONZE EM PORTUGAL

discursos de poder



Secretaria de Estado da Cultura
Instituto Português de Museus
Museu Nacional de Arqueologia

Dos Inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal

ANA M. S. BETTENCOURT

Considerações preliminares

A variedade dos contextos geográficos do Norte de Portugal (provincias do Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro), a escassez/fragmentação dos dados arqueológicos para a Idade do Bronze e o pressuposto da existência de assimetrias sócio-económicas, adentro de cada fase cronológica, arqueologicamente construída, torna impossível assumir este discurso como uma sistematização de meta-regularidades do comportamento das comunidades em estudo. Este texto deve ser pois, encarado, como uma das muitas leituras possíveis do passado.

As dificuldades em enquadrar a periodização tradicional e as suas marcações rígidas, que pareciam enunciar arrumações forçadas e vazias de sentido, levou-nos a fugir às subdivisões cronológicas vigentes, sistematizadas numa percepção evolucionista da realidade cultural da nossa Pré-História.

De igual modo, as novas descobertas, as questões que sobre elas levantámos e a utilização de datas calibradas, não nos permitiram continuar a usar a terminologia tradicional, pouco explícita no que toca à realidade regional.

Oprámos assim por dividir a Idade do Bronze em dois grandes blocos cronológicos, também eles, naturalmente problemáticos.

O primeiro, habitualmente designado por Bronze Antigo, compreende um período entre os meados do III^o milénio e os inícios do II^o milénio a.C. pautando-se por um registo arqueológico, relativamente conhecido, e por uma dinâmica que consideramos mais perto do que se designa por Calcolítico. O segundo, que engloba a antiga periodização de Bronze Médio e Final, inicia-se, algures, na primeira metade do II^o milénio a.C. perdurando até aos inícios do I^o milénio a.C.¹ Ao longo deste período manifestam-se, nalgumas zonas, processos de crescimento e desenvolvimento sócio-económico que atingem uma fase de maturidade, nos finais da Idade do Bronze.

Esboçada uma nova tentativa taxonómica para o período compreendido entre os meados do III^o e os inícios do I^o milénio a.C., vimo-nos imediatamente confrontados com o problema da sua generalização, pois as assimetrias regionais que o registo arqueológico acusa, aconselham-nos a subverter os dados e começar por trabalhos à escala regional ou "micro-regional", a partir dos quais deveríamos estabelecer, não uma, mas várias taxonomias.

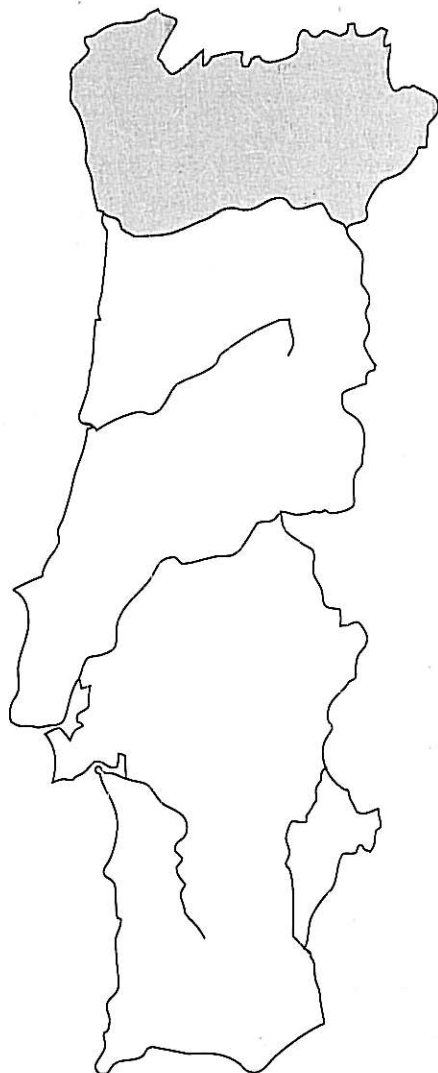
Foi nossa preocupação, ao longo deste texto, afastar-mo-nos de formas de raciocínio dogmáticas e acriticas, quer através da recusa de um evolucionismo endógeno, quer de um difusionismo rígido, procurando a compatibilidade que ambas autorizam e preconizando uma atitude mental de abertura a novas sugestões que nos proporcionassem uma construção ou leitura do passado mais conforme o nosso código de ideias.

Dos meados do III^o milénio ao início do II^o milénio a.C.: uma Idade do Bronze Antiga?

Mesmo admitindo que desde os inícios do III^o milénio a.C., as comunidades do Norte de Portugal, foram estimuladas por novos conhecimentos e tecnologias, comprovadas no registo arqueológico, parece ter sido só a partir dos meados do III^o milénio a.C., com a introdução de novos inputs, designadamente o fenómeno campaniforme meridional, e outros, de origem atlântica, que, lentamente, e num processo de longa duração (cerca de 500 anos) se criaram as condições que levarão a alterações da estrutura conceptual das comunidades, a uma maior afirmação territorial² e ao aumento de prestígio por parte de um grupo social restrito.

A sua existência insinua-se no povoado, eventualmente murado, de Cemitério de Mouros I e II, na base do qual apareceram as alabardas de Abreiro³, na mudança progressiva do ritual e do espólio dos enterramentos, que passam a ser "individuais" e mais ricos, respectivamente, no aparecimento de alguns "depósitos" metalúrgicos, de contexto impreciso e nas representações artísticas onde se gravam alabardas e outros indicadores de prestígio, como a Lage de Vale de Juncal⁴, Trás-os-Montes e a estela de Longroiva/Meda, no Alto Douro.

Se numa primeira fase dos inputs (inícios do III^o milénio a.C.), as comunidades reutilizaram os monumentos megalíticos de tradição neolítica, como os dólmenes de corredor de Chã de Parada-I⁵ e da Portela do Pau-I⁶, na região do Minho; o dólmen de corredor de Madorras⁷ e de vestibulo de Zedes⁸, na região transmontana; os dólmenes simples da Mina do Simão⁹, Outeiro de Ante-II¹⁰ e Carvalho



Mau¹¹, no Douro Litoral, na segunda metade do III^o milénio A.C., parecem ter construído, embora numa tradição anterior, sepulcros mais pequenos, como a câmara cistóide, com tumulus de Meninas do Crasto-IV¹², no Douro Litoral. Provavelmente, já na passagem do III^o, para o II^o milénio, o processo de diferenciação social ter-se-á intensificado e dado azo ao aparecimento de cistas, com ou sem tumulus, acompanhadas de um espólio funerário mais rico, cujo significado talvez se possa atribuir a uma maior concentração de prestígio, em determinadas comunidades. Colocaríamos nesta fase as estações de Chã do Carvalhal-I¹³ e Outeiro de Gregos-I¹⁴, no Douro Litoral; Estante¹⁵, no Alto Douro; Lomba de Coimbra e Portela do Gorgurão¹⁶, em Trás-os-Montes ocidental e as cistas de Anha¹⁷, Chã de Arefe¹⁸, Quinta da Água Branca¹⁹, S. Bento de Balugães²⁰, no Minho, sem que possamos excluir a continuidade de utilização de monumentos megalíticos de construção anterior, como parece ser o caso do dólmen de corredor do Monte da Cerca²¹ e da mamoa de câmara poligonal do Rápido III²², no Minho. Nesta fase as evidências de povoados são escassas, podendo-se, com reservas, referir os casos de Areias Altas²³ e do Tapado da Caldeira²⁴, no Douro Litoral.

Se datarmos os vasos tronco-cónicos e as espirais de prata, desde os finais do III^o milénio até aos meados do II^o milénio A.C.²⁵, talvez possamos incluir neste período o esconderijo de Sequeade²⁶, no Minho, com um vaso de tipologia afim e espirais de ouro, bem como a lúnula e os dois discos de ouro de Cabeceiras de Basto²⁷, Minho, por comparação com peças irlandesas similares²⁸.

Feita uma das várias leituras para o período, entre os meados do III^o e inícios do II^o milénio A.C., não podemos deixar de questionar algumas premissas, por nós assumidas, ao longo do texto. Aceitamos que os estímulos que acompanharam o fenómeno campaniforme tardio e os eventuais laços com a Europa temperada, iniciados ou incentivados a partir daquele momento cronológico, caracterizariam a primeira etapa da Idade do Bronze no Norte de Portugal, e representariam o início de um processo de intensificação/especialização económica e social e de uma apropriação territorial de longa duração, que atingiria uma fase de grande expansão em épocas mais recentes.

Que dados possuímos para aderir a esta taxonomia?

Se adoptarmos critérios tecnológicos verificamos que a metalurgia do bronze só é conhecida e fabricada em contextos do II^o milénio e que os primeiros objectos deste metal são formalmente distintas das da fase anterior²⁹.

Se adoptarmos critérios sócio-económicos associados a fenómenos abrangentes de apropriação territorial³⁰, intensificação económica, especialização social e investimentos na estabilidade do povoamento, manifestação do prestígio adquirido e de "auto-propaganda", verificamos que o registo arqueológico não suporta esta hipótese. Os povoados são escassos e as suas características não indiciam tal desenvolvimento. Embora aceitemos que, a partir dos meados do III^o milénio A.C., existem indicadores de uma maior intensificação económica e que alguns túmulos, com espólio mais rico, possam indicar maior diferenciação social, não podemos falar de uma dinâmica de apropriação e circunscrição territorial abrangente, nem de processos de hierarquia social alargados, como parece verificar-se nos finais da Idade do Bronze.

As alterações enunciadas para este período, parecem-nos fenómenos pontuais e os processos que permitiram o seu desenvolvimento, afiguram-se nos distintos daqueles que estão na base do desenvolvimento das comunidades dos finais do II^o, inícios do I^o milénio A.C.. Por esta ordem de ideias admitimos que o espaço cronológico em que assistimos à difusão e assimilação desses novos estímulos, não é mais do que um período, em que algumas comunidades, em interacção com os novos conhecimentos, desenvolvem, a diferentes ritmos temporais, um processo de intensificação socio-económico, descrito no cenário anterior, que, em variados aspectos, parece perpetuar tradições do Calcolítico Pleno da nossa Pré-História.

Se assim o considerarmos, que sentido fará relacionarmos directamente este período com os processos que se desenvolverão, posteriormente, durante parte do II^o milénio?

São problemas que uma investigação futura terá forçosamente que abarcar.

A inserção do Norte de Portugal nos mecanismos de interacção com os centros da economia-mundo (II^o milénio e inícios do I^o milénio A.C.: Bronze Médio e Final ?).

O registo arqueológico para a primeira metade do II^o milénio A.C. é escasso e fragmentário. Os poucos indícios de povoados datados deste período, Bouça do Frade I³¹, no Douro Litoral ou Castelo Velho III³², no Alto Douro, não permitem generalizações para esta fase, muito embora sejam extremamente importantes pela diversidade de padrões de assentamento que demonstram. A Bouça do Frade I, representa um tipo de povoado aberto, sem estruturas visíveis de monumentalização ou de

demarcação do território na paisagem, perpetuando, provavelmente, um tipo de ocupação do espaço, frequente no III^o milénio A.C. e que se manterá até aos inícios do I^o milénio A.C.. Tal conexão talvez se possa fazer com o vizinho povoado do Tapado da Caldeira, onde ocorreram cerâmicas campaniformes, de tradição Ciempozuelos³³. Por outro lado, Castelo Velho III, parece perpetuar um outro tipo de padrão de povoamento, também estabelecido no III^o milénio A.C., que é o da ocupação de locais altos, com condições naturais e artificiais de defesa. Mesmo considerando a falta de indícios artefactuais ou de ecofactos que justifiquem a vinculação desta fase, com preocupações de protecção ou de ostentação³⁴, pensamos que o povoado, durante este período, continuou a manifestar intenções de visibilidade exterior, por razões ainda desconhecidas, que cremos apreender através do maior "encerramento" da acrópole, e nas preocupações de manutenção da torre central. Ao aceitarmos esta hipótese como válida, estaríamos perante indicadores da continuação ou renovação do fenómeno de demarcação/vinculação territorial³⁵ e da perpetuação de unidades sócio-económicas, já adquiridas, que tenderão a aumentar nos finais do II^o, inícios do I^o milénio A.C.

Se a articulação entre a primeira metade do II^o milénio A.C. e os períodos subsequentes parece possível, em povoados de encosta, como se verifica na Bouça do Frade, cuja estabilidade crescente se poderá materializar através da sua fase II³⁶ e da necrópole de inumação do Tapado da Caldeira³⁷, contígua ao povoado, e datada dos meados do II^o milénio A.C., tal poderá ser igualmente aceitável para uma série de povoados de altura, com boas condições naturais de defesa, detectados em trabalhos de prospecção³⁸ e de escavação, no Norte de Portugal e onde se manifestam cerâmicas de tipo Cogeces-Cogotas I. Encontram-se nesta situação os povoados de Castelo de Adeganha³⁹, Castelo de Anciães e Castelo de Urros⁴⁰, em Trás-os-Montes oriental; Monte Padrão⁴¹ e Monte da Ínsua⁴², no Minho. A Lorga de Dine⁴³, de difícil determinação funcional, igualmente situada na região oriental transmontana, também apresenta cerâmicas deste tipo. É curioso verificar que estes materiais, com uma larga perduração por todo o II^o milénio⁴⁴, se distribuem por vários tipos de assentamentos. Tal como na Meseta Norte, ocorrem em povoados abertos, em povoados de altura e em grutas e parecem anunciar os padrões dos finais do II^o, inícios do I^o milénio A.C.

Ainda a propósito das manifestações sepulcrais, voltamos à necrópole do Tapado da Caldeira para salientar o achado de uma sepultura de criança, com espólio semelhante ao dos adultos, o que poderá representar a manutenção hereditária de um

estatuto social elevado⁴⁵ e implicar até um reforço de uma posição já adquirida⁴⁶. Tal pressuposto implicaria a perpetuação de um tipo de sociedade hierarquizada, igualmente manifestada no III^o milénio e na primeira metade do II^o milénio A.C.

Deste modo, os vestígios arqueológicos para este período, denominado de Bronze Médio, não são escassos ao nível do povoamento, ao contrário do que se pensava, e parecem até demonstrar uma variada ocupação do espaço, que importa investigar através de projectos de trabalho que precisem cronológica e contextualmente os dados em questão.

Os primeiros objectos metálicos, em bronze⁴⁷, de filiação atlântica, como os cerca de trinta machados planos de tipo "Barcelo/ Bujões"⁴⁸, a espada de rebites da Cova da Bouça/Belinho⁴⁹, no Minho; o depósito de Valbom⁵⁰, Trás-os-Montes oriental e os poucos machados de talão, sem anéis, de Fontoura⁵¹, Retortas⁵², Serzedelo⁵³, no Minho, embora descontextualizados, deverão datar-se de um período tardio, adentro do II^o milénio A.C. Talvez se associem às condições que conduziram a processos de identidade territorial alargados⁵⁴, bem como a fenómenos de interacção social a grande escala, entre as sociedades do Norte de Portugal e as regiões periféricas da "economia-mundo" europeia.

Estes novos itens, para os quais desconhecemos quaisquer moldes que nos indiquem fabrico local, poderão testemunhar um intercâmbio supra-regional, de cariz ultra-pirinaico, inicialmente caracterizado por viagens de prospecção esporádicas ao Noroeste peninsular, na busca de estanho e ouro. Os artefactos de bronze que conhecemos (muitos deles de tipologia única, raros, cujos paralelos são extra peninsulares) poderiam ter funcionado como oferendas que selassem pactos sociais para a abertura das vias de intercâmbio⁵⁵. Ao lermos os dados deste modo inferimos a existência do fenómeno de territorialização e a existência de uma elite social, ainda incipiente, que salvaguardava a identidade e o território dos grupos que "dirigia", recebendo em troca dos pactos efectuados, objectos que manipulava de forma prestigiante. Por esta ordem de ideias, durante a segunda metade do II^o milénio A.C., o Norte de Portugal, seria ainda uma região extremamente marginalizada em relação aos circuitos europeus de extração, transformação e circulação de minérios e outros bens, situados nas ilhas Britânicas, Bretanha francesa, Europa Central, mais próximos dos centros de "economia-mundo" nuclearizados no mediterrâneo central⁵⁶.

A segunda metade do II^o milénio A.C. representaria o momento inicial da inclusão desta região em sistemas mais alargados de intercâmbio europeu, ainda que de forma esporádica ligados, na

fase inicial, à Europa temperada e sem grandes modificações estruturais.

h/ A continuidade destes inputs, nos finais do II^o milénio A.C., em comunidades que não serão meros agentes receptores, provocará, a longo prazo, transformações e impulsos de desenvolvimento regionais, que caracterizarão a transição do II^o para o I^o milénio A.C., momento em que os contactos interactivos com o mediterrâneo e com o atlântico se tornam mais intensos e a faixa litoral da Península Ibérica, se transforma numa área cada vez mais próxima da periférica do centro de "economia-mundo"⁵⁷. Esta área tornar-se-á extractora de minério, produtora de artefactos especializados, inovadora, exportadora, consumidora de novos objectos e conhecimentos, intensificadora da produção dos recursos básicos e geradora de maiores assimetrias intra-regionais. Esta hipótese parece concordar com o registo arqueológico de que dispomos para o período em questão.

Os finais do II^o milénio, inícios do I^o A.C. caracterizam-se, em algumas zonas, por uma grande diversidade de estratégias de povoamento com fortes indicadores de estabilidade territorial. Esta estabilidade parece conectar-se com processos de intensificação económica e sócio-política, materializados, em parte, por indicadores crescentes de uma agricultura rotativa e excedentária, pela especialização da metalurgia do bronze, pelo incremento dos processos de interacção social à escala supra-regional, pelo reaparecimento de povoados fortificados, pelo desenvolvimento de fenómenos de atesouramento e pela intensificação de uma proto-estatuária de iconografia masculina.

Pensamos que algumas comunidades deste período estariam organizadas em unidades territoriais físicas e simbólicas, com processos de interacção sócio-económicos internos, onde se inscreveria um povoamento hierarquizado, com funções complementares entre si. Nessa hierarquia caberiam povoados centrais, em posição estratégica na paisagem, evidenciando símbolos, de demarcação territorial, de ostentação e de "intimidação", como muralhas, fossos, objectos raros e exóticos, estruturas domésticas mais elaboradas, e uma grande diversidade topográfica de habitats, em forte conexão com os primeiros. Os povoados centrais seriam residência de um grupo social prestigiado que se afirmaria perante as comunidades que controlavam, através de uma complexa rede de ligações simbólicas, (quer se manifestem em termos de relações de amizade, de parentesco ou de uma estrutura conceptual comum), mas, também, pela capacidade de manter um território economicamente estável e de controlar o intercâmbio supra-regional, manifestado pela acumulação de objectos

raros, pelo acesso, exploração e transformação dos recursos mineiros e pela troca de conhecimentos, através de pactos e alianças. Povoados como Alto de St^a Ana⁵⁸, Trás-os-Montes ocidental; S. Juzenda⁵⁹, Trás-os-Montes oriental; Castelo de Matos⁶⁰, Douro Litoral; Coto da Pena⁶¹, Falperra (?)⁶² e S. Julião⁶³, Minho, seriam exemplo deste tipo de habitat.

Os restantes povoados inscritos em unidades territoriais, em relação interactiva com os povoados centrais, parecem revelar uma maior dispersão e disseminação do povoamento no espaço, o que deve relacionar-se com a necessidade de uma maior produtividade e especialização económica das referidas unidades. Estes apresentariam particularidades no registo arqueológico que se poderiam explicar pelo estatuto social dos seus ocupantes e pela diferenciação económica, no seio da comunidade em que se inseriam.

Alguns dos povoados sem investimentos de grande "visibilidade", frequência de estruturas de armazenagem em fossas, presença de mofinhos dormentes de grandes dimensões, inexistência ou raridade de determinadas formas de louça fina, predominância de cerâmicas grosseiras, grande quantidade de restos paleocarpológicos de cereais, leguminosas, crucíferas, bolotas, frutos selvagens, entre outros, poderiam incluir-se neste grupo.

Se bem que sejam conhecidas muitas jazidas que caberiam dentro destas características, como Bouça do Frade, nos seus últimos momentos de ocupação⁶⁴, Curro de S. João de Ovil⁶⁵, Lavra II66, Monte Calvo⁶⁷, Vale da Quintela⁶⁸, no Douro Litoral; Beiriz⁶⁹, Castro de S. João de Rei⁷⁰, Castro de Talhoz⁷¹, Colina de Maximinos⁷², Pedroso⁷³, Penacova⁷⁴, Santinha⁷⁵, Sola II⁷⁶, no Minho, tal não significa que tivessem todas integradas em cenários fortemente hierarquizados.

Parece-nos lícito aceitar outras formas de integração territorial com um povoamento menos hierarquizado do que o descrito no cenário anterior, ou mesmo não hierarquizado. Deste modo a diversidade de povoados, existentes nesta fase (de altura, com ou sem muralhas, em colinas de vale, em zonas abertas de planaltos, em encostas de pequenas bacias de recepção), que em muito ultrapassa a tradicional dicotomia de habitats de altura e de encosta, deve ser encarada como o resultado de assimetrias regionais, reveladoras dos diferentes graus a que se verificaram os processos de territorialização e de desenvolvimento sócio-económico.

A maior admissibilidade de algumas destas proposições passa pelo estudo do povoamento à escala micro-regional.

Talvez possamos descodificar as estas-tuas-menires da Bouça, Chaves, Faiões e S. João de

Ver(?)⁷⁷, localizadas ao longo dos corredores naturais dos vales do Douro e Tâmega e com alguns elementos iconográficos comuns, por vezes de simbologia masculina⁷⁸, como "marcos territoriais" de algumas destas unidades sócio-económicas. Constituiriam formas de propaganda e de auto-promoção por parte das elites locais e funcionariam também como "sinais de trânsito", reconhecíveis por grupos, com os mesmos códigos conceptuais, ao longo das vias de circulação de pessoas e bens⁷⁹.

Um dos assuntos que gostaríamos de abordar é o da articulação do fenómeno sepulcral no contexto das sociedades dos finais da Idade do Bronze. Se aceitarmos a cronologia ~~de meados~~ da segunda metade ~~do IIº~~ do IIº, inícios do Iº milénio A.C., para os vasos de largo bordo horizontal⁸⁰, verificamos que a tão difundida escassez de enterramentos ou sua inexistência⁸¹ poderá ser um falso problema. O registo arqueológico demonstra-nos a existência destes recipientes em monumentos megalíticos, provavelmente reutilizados, como Chã das Arcas e Chafé; necrópole de cistas indeterminadas de Belinho e subtrapezoidais de Agra das Antas, nas possíveis sepulturas abertas no saibro de Barqueiros/S. Cláudio do Barco⁸², no Minho.

Sem que possamos tecer grandes considerações sobre o ritual que acompanhava estes enterramentos, com excepção das cistas de Agra das Antas, onde as ossadas indiciam a perpetuação da inumação, podemos verificar que algumas delas se parecem relacionar com povoados, à semelhança do que ocorre nos meados do IIº milénio A.C. É o caso das sepulturas de Belinho, que não distam do povoado da Cova da Bouça, onde se detectaram objectos de bronze, enquadráveis nesta fase, e de Agra das Antas, a cerca de 200m do Castro de Talhoz⁸³, onde apareceram recipientes cerâmicos de largo bordo horizontal.

A pequena cista de pedra, do povoado da Santinha, datável, relativamente, dos finais do IIº, inícios do Iº milénio A.C., contendo apenas um potinho⁸⁴ e as hipotéticas fossas sepulcrais, uma delas coberta por pedras e contendo um vaso de tipo urna⁸⁵, no interior do povoado de S. Julião, datáveis dos inícios do Iº milénio A.C. - poderão representar soluções distintas dentro da mesma época, ou serem um pouco mais tardias. Parecem demonstrar já o ritual de cremação, embora as características de "invisibilidade" arquitectónica⁸⁶, da simplicidade do espólio, quase exclusivamente cerâmico, bem como a fraca diferenciação espacial entre o espaço dos vivos e o dos mortos, sejam indicadores de continuidade com momentos a partir dos meados do IIº milénio A.C.

Gostaríamos de levantar o problema da introdução do ritual de incineração, que não terá

forçosamente que relacionar-se com o horizonte dos Campos de Urnas, embora este date, no Vale do Ebro, da segunda metade do IIº milénio A.C.⁸⁷. A título de hipótese académica, pois o registo arqueológico não a comprova, pensamos que a ideia da cremação, poderá ter entrado, no Noroeste Peninsular, por via marítima, no momento em que se notam os primeiros artefactos, de bronze, de filiação atlântica, isto é, na segunda metade do IIº milénio A.C. e poderá corresponder a estímulos do Sul de Inglaterra ou da França atlântica, onde estes rituais são praticados desde os meados daquele milénio⁸⁸. Deste modo, não excluiríamos a contemporaneidade da inumação e da incineração, durante um período relativamente longo até que, lenta e gradualmente, a cremação se terá imposto, nos inícios do Iº milénio A.C. Esta hipótese necessita evidentemente de ser testada e foi elaborada como ponto de partida para novas investigações.

Deste conjunto de considerações gostaríamos de nos deter nas características relacionadas com a simplicidade do mobiliário funerário e com a inexistência de monumentalidade das estruturas de enterramento. Como explicar este fenómeno no seio de uma sociedade que cremos mais hierarquizada do que as anteriores? Através da atenuação a nível conceptual do papel dos monumentos funerários como marcos territoriais, substituídos por outros sinais simbólicos de territorialização e prestígio como o povoado permanente, as estátuas-menires, os investimentos urbanísticos e os depósitos⁸⁹?

Elaborada uma das sínteses possíveis, para os finais do IIº, inícios do Iº milénio A.C., interessa perceber os mecanismos de intensificação/especialização económica e social que sustentaram a formação de fenómenos de territorialização, bem como a sua interacção com os mais variados ecossistemas.

Embora este tema passe pelo desenvolvimento de variadíssimos estudos à escala regional ou micro-regional, os dados disponíveis indiciam, para algumas zonas, "territórios de semelhança artefactual", cuja natureza cultural é difícil de explicar, mas que tentaremos abordar em termos sócio-económicos.

Em certas áreas, com trabalhos de escavação sistematizados, como na bacia do médio Cávado, Minho e na serra da Aboboreira, Douro Litoral, os vestígios de fabrico de uma metalurgia do bronze são escassos, ao contrário de uma intensa exploração agrícola e talvez pastoril, bem documentada por dados paleocarpológicos, polínicos, antracológicos⁹⁰ e pela cultura material. Nestes casos os processos de hierarquização social e de territorialização parecem suportar-se, em grande medida, por uma intensa especialização económica de carácter agrícola

e pastoril, baseada numa vasta combinação dos recursos naturais.

Noutras zonas, como em toda a bacia do rio Minho, no curso superior do Coura, no baixo Lima, no baixo/médio Ave, no Minho e no alto Tâmega, Trás-os-Montes ocidental, é extremamente elevada a quantidade de achados metálicos⁹¹, o que sugere estarmos em presença de comunidades, em que uma das vertentes importantes de intensificação e especialização económica seria, por um lado, o acesso e a transformação dos recursos mineiros, que de facto parecem existir nas áreas em questão⁹² e por outro, a difusão supra-regional, por via marítima e fluvial⁹³ dos mesmos. A região transmontana regista muito menos achados metálicos de superfície do que as regiões ocidentais. Que significado deveremos atribuir a esta ocorrência? Como mera hipótese de trabalho, a comprovar por estudos que urge empreender, a hierarquização social prestigiar-se-ia através da intensificação agro-pastoril, mas também pela sua capacidade em controlar as vias de intercâmbio de produtos exóticos, entre o Litoral e a Meseta Norte. Esse controlo manifestar-se-ia pela posse de alguns artefactos de bronze, que poderiam funcionar como valor social e emblemático⁹⁴, de uma elite que evidenciava o seu prestígio em critérios e parâmetros distintos dos de outro local⁹⁵

O fenómeno do "elitismo" e da formação de unidades sócio-económicas, autónomas, observável durante os finais do IIº, inícios do Iº milénio A.C., deveria ter obedecido a uma multiplicidade de factores e advir da evolução endógena das comunidades através de maiores ou menores estímulos intra ou supra-regionais, em forte interacção com o meio local e com a tradição simbólica de cada grupo. Neste caso, não poderíamos estabelecer meta-regularidades para o Norte de Portugal durante os finais da Idade do Bronze, nem considerar que há zonas economicamente periféricas em relação a outras. Todas seriam centrais ou periféricas consoante os itens económicos que valorizássemos. As unidades territoriais sustentar-se-iam por uma multiplicidade e complementaridade de estratégias de povoamento e de aproveitamento dos vários recursos económicos do território, de uma forma intensiva, e pela integração em cadeias de trocas regionais, quer através da produção de excedentes, quer pela sua posição estratégica na paisagem. Os mecanismos de interacção com os centros de economia - mundo no mediterrâneo central e ocidental, seriam ainda esporádicos, embora crescentes, nos inícios do Iº milénio A.C., o que talvez possa explicar a intensificação da produção de matérias-primas e de produtos artesanais em determinadas áreas do Noroeste, principalmente no litoral, com vistas ao sistema de trocas externas, bem como a vita-

4 | lidade de algumas áreas interiores, com capacidade de resposta aos estímulos criados pelas assimetrias de desenvolvimento regional.

Feita uma das interpretações possíveis para o período, entre a primeira metade do II^o milénio e os inícios do I^o milénio A.C., convencionalmente denominado de Bronze Médio e Final, obtivemos uma leitura de continuidade, a vários níveis.

Verificámos uma sequência nos diversos padrões de povoamento, em algumas características sepulcrais (proximidade dos povoados, invisibilidade estrutural, escassez de espólio), bem como nas soluções tecnológicas associadas à armazenagem de excedentes agrícolas, à metalurgia e a algumas formas cerâmicas. Esta sequência, que não interpretamos apenas como artefactual, deve indicar continuidades sócio-económicas e simbólicas pelo que, em nosso entender, se torna cada vez mais difícil sustentar uma terminologia tripartida para a Idade do Bronze do Norte de Portugal.

Notas

¹ Estamos de acordo com Lull et alii 1992: 106 quando defende que "...la edad del bronce alude a realidades y "tiempos" diferentes según escuelas y autores/as. Así pues, creemos más conveniente habituarnos a pensar en términos estrictamente cronológicos (p. e. II milénio a.C. en Europa), que designem sincronismos libres de ambigüedades..."

² Nesta fase entendemos território como uma diferenciação simbólica do espaço, associada a uma exploração das diferentes combinações dos recursos. A apropriação da topografia do espaço pela estrutura dos sentidos, (no seio de uma sociedade), processa-se através da atribuição de valores públicos que lhe são imputados e do estabelecimento de direcções e fronteiras de tal modo que o território possa ser representado graficamente, cognitivamente ou ritualmente como uma imagem coerente e duradoura (Thornton 1980: 19, em Ingold, 1986: 145-6).

³ Sanches, no prelo a. Este povoado, datado pelo C14, em posição dominante sobre os vales adjacentes da bacia do Tua, parece ter sido muralhado. Apresenta louça essencialmente lisa, de tipologia arcaica. É igualmente importante pela quantidade de sementes de cereais e de moínhos que revelou. As alabardas de cobre de Abreiro, depositadas no Museu do Abade de Baçal, em Bragança, foram encontradas na base da encosta Sul desta estação. Agradecemos estas informações, inéditas, a Maria de Jesus Sanches. São conhecidas mais sete alabardas na região transmontana oriental cuja tipologia e composição metálica é tão semelhante que não se pode excluir um fabrico local (Sanches, no prelo b). Se estes dados poderão justificar uma mesma oficina de fabrico, tal não significa que não possam ser peças de importação, introduzidas na região num mesmo momento, provavelmente como oferendas para a celebração de pactos sociais, ou outros, ligados com a exploração de jazidas de cobre, da zona do Tuela e de Vimioso.

⁴ Sanches, 1992c, descreve esta laje, encontrada também em Mirandela, de contexto desconhecido. A alabarda de tipo Carrapatas parece associar-se a um arco ou a um grande antropomorfo em fi.

⁵ Jorge V. & Bettencourt, A. M., 1988: 111.

⁶ Jorge, V. et alii 1995. Foram exumados, neste monumento, do planalto de Castro Laboreiro, caracterizado por um corredor curto, indeferenciado em planta, vários fragmentos de cerâmica campaniforme, com decoração à base de pontilhado geométrico.

⁷ Jorge, S. 1986 vol. I-B: 855

⁸ Sanches, no prelo b.

⁹ Jorge, V. 1984:17 e 20.

¹⁰ Gonçalves, 1984.

¹¹ Silva, E. 1995: 35 e segs. No lado Este do monumento, fora da câmara o autor localizou cerâmica campaniforme e uma espiral presumivelmente de prata. O local onde este espólio foi encontrado indicia reutilização tardia do monumento.

¹² Jorge, V. 1985: 182-183. Monumento datado, pelo C.14, da segunda metade do III^o milénio a.C.

¹³ Cruz 1992: 54. Este monumento forneceu cerâmica campaniforme de vários tipos entre os quais o de Ciempozuelos. O autor data relativamente a construção deste monumento dos inícios do II^o milénio a.C.

¹⁴ Jorge, V. & Alonso, 1988: 95-99. Monumento datado, pelo C.14, dos finais do III^o, inícios do II^o milénio a.C. Forneceu cerâmicas lisas, entre os quais um vaso tronco-cónico e uma espiral de prata.

¹⁵ Sanches, 1980: 18. Monumento onde ocorreu um vaso tronco-cónico.

¹⁶ Sanches, 1980. Trata-se de duas cistas, a primeira provida de tumulus, onde o espólio cerâmico revelou vários vasos da família dos tronco-cónicos.

¹⁷ Jorge, S. 1986 Ib: nota 84; 1990: 222. Monumento onde o

espólio cerâmico revelou a forma tronco-cónica.

¹⁸ Silva et alii 1983. O espólio de duas cistas, uma delas quadrangular, inscritas num recinto de características megalíticas, forneceu uma ponta de lança em cobre, um braçal de arqueiro e um vaso tronco-cónico liso.

¹⁹ Jorge, S. 1986: 862. Nesta cista, aparentemente sem tumulus, de V. N. de Cerveira, foram descobertos artefactos em cobre de tipologia campaniforme e em ouro de filiação discutível.

²⁰ Jorge, S. 1990: 221. Nesta cista ? foram detectadas pontas de tipo Palmela e um diadema de ouro.

²¹ Jorge, V. 1982: 444-445. Monumento onde se exumou uma espiral de prata.

²² Sanches, 1981: 88-89; Jorge, V. 1982: 444-445; Almeida, 1985: 47. Apareceu no interior da câmara deste monumento, uma deposição secundária contendo um vaso tronco-cónico.

²³ Cortez, 1952: 210, 229, 230, 232; Sanches, 1980: 18. Povoado onde apareceram vasos tronco-cónicos, alguns com decoração mamilar, paralela ao bordo, vasos de perfil ovoidé (?), moínhos e "rojões" de fundição. Pela bibliografia depreende-se que não se detectaram formas hemisféricas.

²⁴ Jorge, S. 1980b e 1986: 935. Trata-se de um povoado de encosta, com campaniformes de tipo Ciempozuelos em associação com cerâmicas predominantemente lisas.

²⁵ Ver nota 27. Apesar desta forma ocorrer em contextos dos finais do III^o milénio a.C. deve ter perdurado pela primeira metade do II^o milénio, associada a outras louças, predominantemente lisas ou com decoração plástica. Recordamos o vaso da família dos tronco-cónicos, já evoluído, da necrópole do Tapado da Caldeira, datado dos sécs. XVI - XV a.C., que poderá, hipoteticamente, corresponder a um momento em que a tipologia desta forma se começa a modificar.

²⁶ Soeiro, 1982.

²⁷ Cardoso, 1929-30.

²⁸ Entre 2250 e 1600 a.C. a Irlanda e o Sul da Inglaterra (Wessex) são zonas de grande produção aurífera. Da Irlanda são típicos os colares de tipo lunula, que parecem expandir-se para a Escócia, Gales e Cornualha (Lull et alii 1992:178-179). Podem ter chegado ao Norte de Portugal, não directamente da Irlanda, mas através de outras influências atlânticas, o que concordaria com a sua tipologia algo distinta das lúnulas daquela região.

²⁹ Problema igualmente levantado para a Galiza por B. Comendador Rey (1991-92: 202).

³⁰ Ver nota 2.

³¹ Jorge, S.; no prelo b. O povoado situa-se numa encosta suave de um vale aberto e caracteriza-se por fossas abertas no saibro. A plataforma inferior foi datado, pelo C. 14, dos meados da primeira metade do II^o milénio a.C.

³² Jorge, S. 1993; no prelo a, b. Ocupado durante a primeira metade do III^o milénio a.C., Castelo Velho, sofreu uma ocupação posterior, na primeira metade do II^o milénio a.C. Nesta fase parece ter ocorrido um processo de "fechamento" através da diminuição do número de entradas na muralha superior e remodelações na torre central que permitem pensar numa continuidade de utilização.

³³ Jorge, S. 1980: 48, 49. Estas cerâmicas datam-se, na Meseta Norte, dos finais do III^o, inícios do II^o milénio a.C.

³⁴ Hipótese manifestada por S. Jorge (1993; no prelo a, b.

³⁵ Reforçados pela presença de uma série de animais domésticos que implicam normalmente sedentarização, como o porco e o boi. Também foram encontrados vestígios de cabra, de carneiro, de coelho e de barbo, o que revela uma dieta alimentar variada. Parece significativa a ausência de caça. (Antunes, 1995).

³⁶ Bouça do Frade II corresponde à plataforma intermédia com cerâmicas de tipo Cogotas I e largos bordos horizontais (Jorge S.1988)

³⁷ Jorge 1980a; 1983; 1990: 240-246; no prelo b. Embora esta necrópole manifeste a permanência de um ritual inaugurado nos finais do III^o, inícios do II^o milénio a.C., o da inumação individual, parece ter-se introduzido um novo código de distribuição espacial dos enterramentos em relação aos habitats. O espaço dos mortos é agora contígua à área de habitação. O próprio mobiliário também manifesta uma mudança, no sentido de uma maior simplicidade. As datas calibradas para esta estação situam-se, para o intervalo de 2^o sigma, entre 1539-1439 e 1649-1560 a.C. (Lull et alii 1992: 271.)

³⁸ Lemos 1993: 160, 163, 171-172.

³⁹ Sanches 1992:154.

⁴⁰ Lemos 1993: 172. refere que todos estas estações são povoados de altura em posição estratégica na paisagem em relação aos corredores naturais que constituem os vales dos rios. No Castelo de Anciães, F. S. Lemos detectou, em 1987, cerâmicas com decoração em espiga, pontilhadas e excisas, que pertencem ao horizonte Cogeces/Cogotas I.

⁴¹ Martins, M. 1985b.

⁴² Jorge, S. 1988: 71.

⁴³ Harpsøe et al 1985; Lemos 1993, vol I a 160. Esta gruta, com vestígio de cerâmicas penteadas, vasos tronco-cónicos e de tipo Cogotas I, poderá ter sido ocupada desde a segunda metade do III^o milénio até à segunda metade do II^o milénio a.C., embora não seja possível determinar a continuidade da ocupação, pela falta de dados estratigráficos conhecidos.

⁴⁴ A calibração efectuada para cerca de trinta e três datas de C14, extraídas de doze estações, do horizonte Cogeces-Cogotas I, revelou uma amplitude cronológica, desde os séculos XIX/XVIII a XIII a.C., embora com uma maior percentagem (64%) para datas em torno do séc. XVII a XV (Lull et alii 1992: 261-271).

⁴⁵ Jorge, S. 1980a.

⁴⁶ Díaz Andreu, 1993: 254.

⁴⁷ Segundo as análises efectuadas por S. Junghans et al (1968).

⁴⁸ Uma lista, bastante completa, poderá consultar-se em Monteagudo (1977).

⁴⁹ Almeida, 1987: 95. Cova da Bouça é um povoado com cerâmicas de tipo "Penha" e da Idade do Ferro.

⁵⁰ Composto por seis braceletes e um machado de talão. (Bettencourt e B. Armbruster, no prelo) publicam de forma integral o conjunto, parcialmente estudado por Höck e Coelho 1972: 243, 245 e 246. Estes autores colocam as peças no Bronze Final embora as autoras preferam incluí-lo, por comparação com paralelos ultrapirenaicos, numa fase mais antiga.

⁵¹ Silva, 1986, gráf.4. Este autor coloca esta peça no Bronze Final.

⁵² Bettencourt 1988: 9 e segs.

⁵³ Bettencourt 1988: 14 e Coffyn, 1985: 195, 208 e 395.

⁵⁴ Nesta fase, estamos mais próximos da definição de Godelier. Entendemos território como uma porção do espaço reclamada por uma sociedade que garante aos seus membros, direitos estáveis de controlo e uso, de parte ou de todos, os recursos que é capaz de explorar (Ingolt, 1986: 136).

⁵⁵ Riuiz-Galvez no prelo.

⁵⁶ Sherrat, 1994.

⁵⁷ Sherrat, 1994: fig. 13, prefigura o período entre, 1500 a.C. e 600 a.C., como o momento em que toda a fachada ocidental da Península Ibérica se engloba na periferia.

⁵⁸ Santos, 1995 (neste volume).

⁵⁹ Höck, 1980.

⁶⁰ Figueiral et al 1988.

⁶¹ Silva, A. C. 1986: 33 e segs.

⁶² Martins 1990: 119, refere uma ocupação do Bronze Final na plataforma superior do povoado com fundos de cabanas em argila e buracos de poste. Embora não se detectassem vestígios de mura-

lhas, na curta intervenção aí efectuada, a posição topográfica deste povoado, em situação de controle sobre o vale do rio Este, e a aparente circunscrição dos vestígios, na zona mais elevada do monte, indiciam tratar-se de um povoado central.

⁶³ Martins 1985a; 1986; 1988: 132 e segs.; 1990: 111-134, 203 e segs.

⁶⁴ Jorge, S. 1988a; 1990: 245 e segs; no prelo b. Povoado de fossas.

⁶⁵ Jorge, V. et alii 1980:7-11.

⁶⁶ Sanches, 1995 (neste volume). Povoado de fossas.

⁶⁷ Gonçalves, 1981. Povoado de fossas.

⁶⁸ Gonçalves et alii, 1979; Cruz 1992: 102 e 116. Povoado de fossas.

⁶⁹ Silva, 1993: 261, 286. Estação arqueológica com fossas ovóides abertas no saibro.

⁷⁰ Dados inéditos recolhidos em escavações realizadas pela autora, em 1993. Povoado com covachos delimitados por pedras.

⁷¹ Almeida 1986: 47-48. Provável povoado de fossas onde apareceram vasos de largo bordo horizontal e outras cerâmicas que o autor associa ao Bronze Final.

⁷² Jorge, S. 1988: 91. Possível povoado de fossas.

⁷³ Jorge, S. 1988a: 73-74, 79; 81; 1990: 246; Lemos et alii 1981:32-36. Povoado de fossas com largos bordos horizontais.

⁷⁴ Eventual povoado de fossas (Soeiro 1988; Jorge, S. 1990: 246)

⁷⁵ Bettencourt no prelo b; 1995 (neste volume). Povoado de fossas em colina residual com largos bordos.

⁷⁶ Dados recolhidos em escavações, realizadas pela autora, em 1991 e 1992. Povoado de fossas em colina residual.

⁷⁷ Apesar desta estátua-menir ser considerada, preferencialmente, da Idade do Ferro (Jorge, S. 1990:248; Jorge, V. & S. 1990: 41), preferimos incluí-la na Idade do Bronze, ou num momento de transição, por comparação do pendente, que ostenta no verso, com os encontrados no Castro de Torroso, Pontevedra, Galiza, em forma de trombeta, de bronze, datados do séc. VIII/VII a.C. (Peña Santos, 1992b: 25-26, 45, fig. 67 e est. 51; Carballo Arceo et al 1991: 255, 261). Apesar da esquematização do desenho da estátua e do perigo que as comparações acarretam, recordamos que os objectos de Torroso foram feitos em metal e para serem suspensos, pelo que deverão inscrever-se no conjunto de objectos cuja simbologia se associa ao prestígio social.

⁷⁸ Uma síntese actualizada das estátuas-menires e estelas antropomórficas do Norte de Portugal poderá ser consultada em Jorge, V. & S. 1990.

⁷⁹ Tal hipótese interpretativa foi elaborada por Galán Domingo (1993) para as estelas do Sudoeste peninsular.

⁸⁰ Jorge, S. 1988.

⁸¹ Riuiz-Galvez 1991; Bélen et alii 1990.

⁸² Almeida 1989; Jorge, S. 1988:77-79, 1990: 246; Soeiro 1988.

⁸³ Almeida 1986: 47-48.

⁸⁴ Bettencourt 1994b (no prelo); 1995 (neste volume).

⁸⁵ Martins, 1988: 135-136.

⁸⁶ Jorge, S. 1995b (no prelo).

⁸⁷ Lull et al 1992: 261-271.

⁸⁸ Lull et al 1992: 203.

⁸⁹ Bradley, R. 1985b.

⁹⁰ Figueiral, 1994: 439, a partir dos estudos de Castelo de Matos, Bouça do Frade e Lavra, testemunha uma intensa actividade antrópica reveladora de campos de cultivo deixados ao abandono, pastagens e exploração da floresta.

⁹¹ Silva, A. C. 1985: est. IV.

⁹² Com excepção do alto Tâmega, rico em cobre, todas as demais zonas estão perto de jazidas de estanho actuais (Coffyn 1986). O povoado do Coto da Pena, no curso inferior do rio Minho, apesar de fornecer inúmeros dados associados a actividades agro-pastoris de recollecção, forneceu um molde de fundição e um considerável

número de artefactos metálicos (Silva, A. 1986: 33 e segs.).

⁹³ Riuiz-Galvez no prelo.

⁹⁴ Bradley 1990.

⁹⁵ Não queremos com estas hipóteses entrar num discurso histórico-culturalista onde o objectivo é criar unidades culturais mas tão só analisar fenómenos de eventual recorrência económica que poderão evidenciar-se em realidades culturalmente distintas.